O USO DA HISTÓRIA E A ANÁLISE DE FLORENÇA EM DE *CASIBUS VIRORUM ILLUSTRIUM**

Ana Carolina Lima Almeida**

Resumo: este artigo analisa o uso de Giovanni Boccaccio, em De casibus virorum illustrium, de personagens da antiguidade e do seu próprio período para tratar de questões políticas de Florença no século XIV.

Palavras-chave: Política. Florença. Giovanni Boccaccio.

THE USAGE OF HISTORY AND THE ANALYSIS OF FLORENCE IN *DE CASIBUS VIRORUM ILLUSTRIUM*

Abstract: *this article analyses Giovanni Boccaccio's usage, in De casibus virorum illustrium, of characters of the antiquity and of his own period to analyze politics' questions of Florence in the XIVe century.*

Keywords: *Politics. Florence. Giovanni Boccaccio.*

Pelo menos desde o início do século XIII, a história de Florença fundamentava-se no confronto entre duas culturas e camadas sociais diferentes que se sobrepunham: uma elite de famílias não nobres, poderosas, ricas, formadas por banqueiros, comerciantes de longa distância e donos de terra agrupados em linhagens agnáticas e um conjunto de menos ricos mercadores locais, artesãos e grupos profissionais agrupados em guildas e chamados de popolo. Tais grupos não eram rígidos e houve uma grande variação dos seus componentes sociais ao longo do tempo.

Najemy (2008) defende que não havia uma distinção, por lei, entre elite e popolo e que essa distinção nunca tinha sido clara. Assim, por não se ter uma definição precisa, a separação entre elite e popolo impedia que fossem distinguidas as famílias que pertenciam à elite e as que pertenciam ao popolo. Nos momentos de aliança entre a elite e o popolo, vários membros do popolo entraram na elite através de casamento. Além disso, o popolo associou-se à elite através do clientelismo e de sociedades comerciais.

---

* Recebido em: 02.06.2013. aprovado em: 05.08.2013.

** Doutora em história social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Medievalística da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (LEPEM-UFRRJ). *E-mail*: anacarolina_la@hotmail.com

As principais diferenças entre famílias de elite e famílias do *popolo*, pelo menos segundo a concepção da elite, era o tamanho da família, a antiguidade da linhagem e, no século XIII, a relação com a cultura cavaleiresca. Assim, Najemy (2008) afirma que a elite era composta por famílias alargadas, de linhagens antigas e agnáticas e caracterizada por aquela cultura. Contudo, houve famílias que ficaram no nível do limite invisível entre essas duas camadas sociais.

Os conflitos, as vendetas realizadas pelas famílias de elite eram, em geral, contra as facções e as famílias dessa mesma camada social. A vendeta pode ser vista como uma justiça privada codificada, uma forma de lidar e, às vezes, resolver disputas sem a intervenção da lei ou das cortes. Um problema é que o uso de violência e da vingança entre famílias de elite gerava violência na cidade, o que causava o descontentamento e as reclamações do *popolo*.

Segundo Najemy (2008), é difícil perceber os motivos dos antagonismos entre as famílias de elite. Assim, elementos socioeconômicos não seriam as causas das rivalidades. Contudo, se tais conflitos forem vistos com base nas relações entre elite e *popolo*, surgem as questões sobre as competições por clientes. Uma família poderosa era uma família que possuía homens oriundos da camada média da sociedade que davam suporte aos seus patrões na vizinhança ou nos conselhos da cidade, que andavam com ou atrás deles nos rituais ou ocasiões festivas e que se reuniam na frente dos palácios ou torres em um período de tensão ou de conflito.

Um dos objetivos das elites em ter clientes era de dominar o *popolo*. Ao mesmo tempo, a luta entre as famílias da elite neutralizava politicamente o *popolo* ao recrutar muitos deles para diferentes facções. As grandes famílias buscavam seguidores e a competição sempre levava a hostilidades, que gerava as ocasiões ideais para mostrar a força e a solidariedade dos seguidores (oriundos do *popolo*) das famílias. Brigas entre as facções eram uma parte necessária do processo através do qual as famílias mostravam sua grandeza.

Sendo utilizada em vários sentidos, a palavra *popolo* era, mais frequentemente, usada para tratar de cidadãos que não pertenciam à elite. Às vezes, incluia as camadas de artesãos e de trabalhadores assalariados, geralmente, chamados de *popolo minuto*, mas, em geral, significava as camadas médias não pertencentes à elite e, assim, evocava o *populus* da antiga república romana.

O pertencimento a uma maior e a uma menor guilda[1] não era o que separava a elite do *popolo*. Havia uma fluidez na definição de maior e menor guilda. Além disso, embora os membros das guildas menores fossem importantes componentes do *popolo*, o cerne da força política dessa camada social encontrava-se entre os membros não pertencentes à elite das maiores guildas, que também abrigavam as famílias de elite. Assim, as questões internas dessas guildas geravam grandes conflitos entre as duas camadas sociais.

Dessa forma, havia uma disputa entre o *popolo* e a elite, pertencentes às mesmas guildas, pelo controle delas e, consequentemente, da comuna. Entre os principais motivos de turbulência na vida política florentina até por volta de 1400, estava a flutuação e a ambivalente posição desse *popolo* que, às vezes, em geral, em época de prosperidade econômica, aceitava a liderança política da elite e dividia com ela o poder no regime do qual o resto das guildas era excluído, produzindo, então, períodos usualmente vistos como de governos oligárquicos, mas que dependiam sempre da cooperação dos membros das maiores guildas que não pertenciam à elite. Em épocas de crises econômicas, fiscais e militares, os membros das maiores guildas que não pertenciam à elite procuravam as menores guildas em busca de aliados na tentativa de diminuir o poder da elite.

Florença era uma república estruturada por meio das guildas. Assim, o modo como elas eram formadas teve um impacto direto na divisão política do governo comunal:

> The gild structure of Florence developed in the thirteenth and early fourteenth centuries out of a long conflict between the society of international merchant-bankers and the emerging associations of producers and shop-owning artisans whose genius was converting Florence into an important exporter of industrial goods. The resultant gild structure absorbed the merchant-bankers as senior partners, and made membership in one of the twenty-one gilds a requirement for political office. Representation in government was apportioned according to the status of the gilds: A 5-2-1 ratio for the *Signoria*, for example, was considered an equitable division between the major, middle, and minor gilds (TREXLER, 1991, p. 14-5.)[2].

Em 1282, a transferência do poder para as guildas culminou na instituição do priorado das guildas, isto é, o governo da comuna passou a ser composto por priores eleitos pelas guildas. Tal estrutura foi rafiticada em 1293 com os ordenamentos de justiça, que obtiveram a sua definição de justiça do direito romano e afirmavam ser a favor do bem comum da *res publica*. Através desses ordenamentos, houve a criação de uma federação formal entre as guildas e, consequentemente, a colocação do governo florentino em suas mãos.

Os ordenamentos de justiça também deram um reconhecimento político formal para vinte e uma guildas, compostas pelas sete maiores e as quatorze menores. Tal ação, realizada pelo governo popular, de limitar o número de guildas politicamente reconhecidas, revela que o *popolo* não desejava que as guildas que estavam sendo formadas pelos artesãos entrassem na federação de guildas, isto é, no governo. A prática comum era excluir da participação política os trabalhadores e os artesãos, que não pertenciam às guildas. Para Trexler (1991), é possível sustentar que a guilda não era uma organização relacionada ao trabalho, mas um filtro para controlar o acesso aos cargos políticos. Assim, o governo popular tinha uma contradição fundamental desde o início.

> Even as it aimed to expand the role of guilds and the power of the guild community in government and needed the support of the most prominent minor guilds to do so, it simultaneously sought to limit this expansion and prevent many categories of artisans and all laborers from organizing into guilds, thus denying them the very right of association that was the basis of the popolo's own claim to control of government (NAJEMY, 2008, p. 37).[3]

Segundo Najemy (2008), a segunda maior causa da turbulência política na república florentina, depois das lutas entre facções, era a pressão para estender o direito de associação em guildas a massas de artesãos e trabalhadores interessados, experientes em política, mas que não tinham direito de voto, de participação. Só apenas depois de 1378, da revolta dos Ciompi, é que os membros das maiores guildas que não pertenciam à elite desistiram de instituir um governo popular com os membros das pequenas guildas e associaram-se definitivamente à elite.

Como Florença era estruturada através das guildas, as decisões do governo eram feitas e executadas por homens que, em geral, eram, profissionalmente, comerciantes. Segundo Trexler (1991), em Florença, cidade autônoma e ligada ao comércio, os desejos de que o governo ficasse acima do mero comércio e buscasse altos objetivos não eram realizados. Assim,

> Conceived as a fraternity of equals regulating merchants and governing the liminal groups of society, the government of Florence actually radiated distrust in its structure. Offices were short-term, attained through a complex system of scrutinies and lot designed to guard against inequality. The eight priors and the titular head of the republic, the Standard Bearer (gonfaloniere) of Justice, governed for two months, and the associated executive colleges sat for three and four months. The approval of legislation was in the hands of short-term councils (six to four months) composed of citizens. Justice was done by foreigners brought in for six-months terms to distribute equal justice among the fraternity of merchants. In emergencies, special six-month commissions called *balie* received broad powers (TREXLER, 1991, p. 27).[4]

Paralelamente, o governo era formado por um complexo sistema de clientela estruturado sobre o conceito de *familia*. Esta gerava uma confiança que não era obtida pelo governo, uma vez que a quebra da aliança pessoal engendrava grandes vinganças. Teoricamente, os governantes de Florença não tinham interesses e representavam mais as guildas e a sua parte da cidade do que as pessoas. No entanto, os governantes tinham interesses que estavam diretamente ligados a sua rede de alianças pessoais, seus clientes ou seus patrões. Assim, suas ações não eram direcionadas para o bem comum.

> Florentines asked too much of their public servants, expecting them to be both objective in office and loyal to friends. No cry was more common than that one should be guided by the *buon commune*, but nothing was more a staple of Florentine political reality than vote trading and lending based on patronal interest, nothing more characteristic of political commentary than the ledger-like reports of 'friends' and 'enemies' in government, no law more common than those favoring individuals and groups when enough 'friends' were in government (TREXLER, 1991, p. 27-8).[5]

Formalmente, havia uma igualdade entre os governantes. No entanto, cada governante tinha uma posição fora do governo, como cliente ou patrão, gerando, assim, o sistema subgovernamental de clientelismo. Trata-se de um sistema totalmente oposto ao ideal político defendido na época, o da busca do bem comum.

> The essential characteristic of the patronal network was behaviorally to combine equality and inequality, inducing fraternal solidarity while vertically integrating factual inequality. And this vertical integration of merchants made plausible the horizontal, fraternal conception of government (TREXLER, 1991, p. 27-28).[6]

Tal sistema gerava confiança em um mundo de desconfiança. Por isso, para não ser atingido pelo governo, era necessário evitar ter inimigos e ficar perto dos parentes e dos amigos. Assim, não havia o princípio da objetividade ética. Segundo Trexler (1991), além da corrupção e do roubo, havia o fato de que os membros do governo podiam votar a favor ou contra outro cidadão, aumentar ou diminuir as taxas cobradas.

Perante essa conjuntura de disputas e de um sistema político em que o clientelismo tinha um grande peso, Giovanni Boccaccio, buscando chamar a atenção para os problemas vividos em sua cidade, compôs, dentre outras obras[7], o *De casibus virorum illustrium*, livro no qual se endereça, diretamente, aos governantes. Iniciado, talvez, em 1355 e terminado por volta de 1360 (a obra foi reelaborada entre 1373 e 1374), seguindo uma ordem cronológica, de Adão e Eva até os contemporâneos, Boccaccio utiliza, no *De casibus virorum illustrium*, histórias e *exempla* da mitologia, da *Bíblia* e das histórias gregas e romanas. O livro contém nove livros, que se dividem em cento e cinquenta e nove capítulos.

O autor apresenta sem historicizar as biografias, desde a origem do mundo até a sua época, dos homens e das mulheres mais famosos, que atingiram um alto grau de felicidade, riqueza e poder pela fortuna[8] – a fortuna, na obra, é, de forma geral[9], concebida como um instrumento de Deus[10]. Para não serem atingidos por ela, os homens têm que cultivar as virtudes[11] –, mas que, depois, foram abatidos e dispersos por essa mesma força devido, na maior parte dos casos, aos seus vícios. Assim, a obra tem como objetivo fazer com que, ao tomarem conhecimento de tais exemplos, os príncipes e, em geral, aqueles que governam deixem os vícios e cultivem as virtudes. Ao tentar fazer com que os que detêm o poder sejam virtuosos, o autor deseja que haja a superação dos males sociais, gerados pelo mau uso do poder. Assim, segundo Zaccaria (1983, p. XVII.), "*Il nostro trattato ha invece un suo ben chiaro scopo: esortare, attraverso la tecnica degli* exempla*, al risanamento dei mali della società, provocati dal cattivo esercizio del potere*."[12] Além da existência das biografias, há reflexões e exortações morais sobre essas histórias de vida. Segundo Muscetta (1972, p. 321), a obra está inserida em uma esfera humanística e moral: "[...] nel proemio l'autore insiste anche sulla funzione educativa di una lettura come questa offerta dalla raccolta: più volte nel corso della trattazione si scaglia contro i vizi e la tirannide, mentre invece esalta la virtù eroica e la libertà."[13]

Após discorrer sobre Adão no primeiro capítulo do livro I, Boccaccio, no capítulo seguinte, faz uma exortação contra a desobediência, falta cometida pela personagem.

> Se Adamo, foggiato dalla mano di Dio, di tutto padrone, uomo immortale, in familiarità con Dio, e abitatore del paradiso, per una sola disubbidienza fu punito con una pena tanto pesante, cosa credi che si debba fare di te, uomo nato di donna, che sprezzando i sacri comandamenti, ogni giorno contro il tuo Redentore con nefandezza ti comporti tra superstizioni, cupidigie, rapine, frodi e mille specie di peccati, se con le opere non puoi, almeno con le intenzioni? [...]. Che di più sano e di più facile che tenersi lontani dagli averi altrui, dai disonesti amori, dal sangue umano, dalla menzogna e simili? [...]. Apriamo dunque contro il vizio gli occhi assonnati e di buona volontà abbassiamo le teste, e posta giù la superbia, soffriamo il sacro giogo dell'obbedienza [...]. (BOCCACCIO, 1983, p. 19).[14]

Depois de figuras consideradas soberbas como Nimrod, personagem bíblico descrito como o primeiro poderoso na terra e que teria construído a torre de Babel, visto como soberbo e orgulhoso; Príamo, rei de Troia; Saul, rei de Israel; Roboão, filho de Salomão e rei dos judeus, o autor, no capítulo V do livro II, discorre sobre os reis soberbos e afirma:

> Chi governa deve recordarsi che i popoli non sono schiavi ma collaboratori. Infatti, come dal sudore dei popoli acquista luce l'onore regale, così dalla sollecitudine del re dev'essere procurata la pace e la salute del popolo. Giudichi Iddio come i principi d'oggi lo facciano. Le tendenze dei re vanno verso la tirannide; e disprezzando l'impotenza dei sudditi, d'oro e di gemme vogliono luccicare, esser circondati da una lunga fila di servi, erigere alti palazzi, dilettarsi d'una schiera di concubine e della compagnia di sconci istrioni, riempirsi le orecchie di oscenità, prolungare i banchetti nel cuore della notte, darsi a ubriachezze e a vergognose libidini, consumare le giornate dormendo profondamente, e i popoli vegliare sulla loro salvezza, intraprendere guerre non a buon diritto, ma ingiustamente, reputando ottima cosa disprezzare i consigli dei saggi, credere soltanto a sé stessi; 'calcare i buoni e sollevare i pravi', gravare le città di balzelli, sottoporre a tortura i cittadini, cacciarli in esilio, assassinarli, schiacciarli sotto il calcagno come fango (BOCCACCIO, 1983, p. 119, 121).[15]

Por isso, em relação ao rei soberbo, Boccaccio afirma que não é errado se opor, se rebelar contra ele. Na verdade, é uma ação sagrada, santa e magnânima, porque o rei só reina pela vontade do povo e é a força do povo que o faz ser temido. Assim, o autor finaliza exortando que

> Imparino dunque coloro che vogliono comandare sugli altri, se bramano che il regno sia duraturo, e stabile la fedeltà dei popoli, a domare i desideri, a frenare la libidine, e – cosa delle più sante – a farsi amare più che temere, in modo da apparire padri non meno che padroni della plebe a loro sottoposta (BOCCACCIO, 1983, p. 123)[16]

Na biografia de Marco Atílio Régulo, que foi cônsul romano por duas vezes – no seu primeiro mandato consular, em 267 a.C., derrotou os Salentinos e capturou a atual Brindisi, sendo-lhe, por isso, concedida a honra de um triunfo – e era general romano de origem plebeia, lutando na Primeira Guerra Púnica, o autor o representa como exemplo de amor por sua terra e "[...] dichara il suo ideale civile in polemica con coloro che adoperano la ricchezza come pompa e grandezza piuttosto che come strumento di pubblico bene" (MUSCETTA, 1972, p. 320)[17] Assim, logo após ter louvado Atílio Régulo, Boccaccio dedica um capítulo aos cidadãos e aos homens malvados, entre os quais situa os seus concidadãos. Sobre os florentinos, Boccaccio (1983, p. 397).[18]

> Per essi, quando stanno per intraprendere qualche spedizione, il primo modo di cercare un futuro guadagno – e cosa santíssima – è rubare, dar di piglio alle cose sacre e profane, impossessarsene anche a costo della pubblica rovina, purché si vedano immuni da pena. Che cosa siano per rispondere, lo potrà abbastanza capire chi ben conosce i consigli dell'avarizia.
> Vorrei inoltre che quelli che, primi la gloria e ultimi vogliono la fatica, avessero ascoltato Attilio mentre in senato esprimeva un parere a vantaggio del bene pubblico e contro la propria libertà e la propria vita; e così, se l'avarizia lo permetesse, si accorgerebbero che razza di cittadini sono.

E o autor continua:

> O stolti, che cosa saremo? A che ci gioveranno le straordinarie ricchezze, le parentele o il potere, quando lo Stato sia in pericolo? Chi frenerà gli impeti degli scellerati? Chi potrà toglier via le offese? Chi farà giustizia, se cessi il pubblico aiuto? Non vedono i cittadini di questa tacca – anzi non vogliono vedere – che, anzitutto per la patria, e poi per noi, veniamo alla vita (BOCCACCIO, 1983, p. 399).[19]

A sua clara intenção civil pode ser ainda percebida pelo realce que dá aos tiranos que tiram a liberdade dos povos. Ele faz a biografia do duque de Atenas, Walter de Brienne, um tirano, seu contemporâneo, que foi apoiado pela elite florentina e que tomou o poder em Florença, em 1342.

Segundo Boccaccio (1983, p. 841), Walter era "[...] uomo avvezzo al comando e desideroso di signoria, e appresso il quale fosse in potere tutta l'amministrazione dell'armi e della guerra comune. Onde con grandissima diligenza si disposero seguir l'impresa."[20] Walter conseguiu que lhe fossem dados mais poderes:

> Quella città adunque che non solamente dai progenitori, venendo al mondo, abbiamo avuto libera, ma che mai non si ricorda per lo passato, eccetto che agli imperatori romani, essere stata soggetta ad alcuno, con tali arti dagli scelleratissimi cittadini fu sottoposta alla tirannide d'uno straniero e iniquo uomo (BOCCACCIO, 1983, p. 845)[21]

E

> [...] circondato da gran fasto, cacciati in luogo privato tutti i magistrati, governava e disponeva d'ogni cosa secondo i suoi volieri. Indi, per smarrire i cittadini, pose ad eseguire la giustizia uomini crudelissimi. Appresso incominciò a praticare gli adulatori, ad accarezzare i ruffiani, a consigliarsi con tutti i più rei e iniqui uomini, a por gravi tributi e angherie ai cittadini, a confiscare le sostanze, a usurpare il tutto per sé, a non aver compassione di nessuno, a non fare grazie a persona. Indi con carezze doni minacce e violenze guidava ne' suoi abbracciamenti le donzelle e ogn'altra donna, corrompeva i giovanetti, permetteva ai suoi ogni scellerità; insomma: con le sue sporcizie macchiava le cose umane e divine (BOCCACCIO, 1983, p. 847.)[22]

Devido a esses comportamentos, a elite foi obrigada a depor o duque, que saiu do poder em 1343.

Com base nesses exemplos, que fazem parte de uma enorme quantidade de personagens, sobretudo, de governantes da antiguidade, percebe-se que o objetivo de Boccaccio é ressaltar o que os governantes não deveriam fazer, como eles não deveriam agir. Ao criticar, claramente, os que participavam do governo em Florença, que tinham comportamentos iguais aos que eram criticados nas personagens da antiguidade, Boccaccio utiliza o passado, a história para tratar de uma questão do presente de sua comuna. Assim, é possível afirmar que, ao criticar a forma de ação dessas personagens antigas e dos governantes florentinos, Boccaccio indica a maneira correta de comportamento, que é baseada em virtudes que fortalecem e defendem o governo de Florença.

Notas

1 Segundo Trexler (1991), as guildas eram associações extrafamiliares que tinham uma essência mais sociopolítica do que religiosa. Apenas os homens não nobres, que pagavam impostos e tinham mais de vinte e cinco anos inclusive podiam participar dessas associações, cujos membros eram todos donos de propriedades.

2 "A estrutura de guilda de Florença foi desenvolvida no século XIII e no início do quatorze, oriunda de um longo conflito entre a sociedade de mercadores-banqueiros internacionais e as associações emergentes de produtores e artesãos proprietários de comércios cujo gênio estava convertendo Florença em um importante exportador de bens industriais. A resultante estrutura de guilda absorveu os mercadores-banqueiros como sócios mais importantes e tornou a adesão em uma das vinte e uma guildas uma exigência para o exercício de cargos politicos. A representação no governo era dividida de acordo com o status das guildas: uma proporção de 5-2-1 para a Signoria, por exemplo, era considerada uma divisão equitativa entre guildas maiores, médias e menores." Doravante, todas as traduções são de responsabilidade da autora (Tradução livre).

3 "Enquanto objetivava expandir o papel das guildas e o poder da comunidade de guilda no governo e precisasse do apoio das menores guildas mais proeminentes para fazê-lo, ao mesmo tempo, buscou limitar essa expansão e impedir várias categorias de artesãos e todos os trabalhadores de se organizarem em guildas, negando a eles, assim, o mesmo direito de associação que estava na base das próprias reivindicações do popolo para controlar o governo."

4 "Concebido com uma fraternidade de iguais regulando mercadores e governando grupos liminais da sociedade, o governo de Florença, na verdade, difundiu a desconfiança em sua estrutura. Os cargos eram de curto prazo, obtidos através de um complexo sistema de escrutínios e muitos planejados para proteger da desigualdade. Os oito priores e a cabeça titular da república, o Portador do Estandarte (gonfaloniere) de Justiça, governava por dois meses, e os colégios executivos associados reuniam-se por três e quatro meses. A aprovação da legislação estava nas mãos dos conselhos de curto prazo (seis a quatro meses) compostos de cidadãos. A justiça era feita por estrangeiros trazidos para um período de seis meses para distribuir justiça igualitária entre a fraternidade dos mercadores. Em emergências, comissões especiais de seis meses chamadas balie recebiam amplos poderes."

5 "Os florentinos exigiam muito dos seus servidores públicos, esperando que eles fossem objetivos nos seus cargos e leais a seus amigos. Nenhuma demanda era mais comum do que aquela de que os servidores deveriam ser guiados pelo buon commune, mas nada era tão fundamental na realidade política florentina do que votos negociados com base em interesses patronais, nada era mais característico do comentário político do que relatórios como se fossem livros de 'amigos' e de 'inimigos' no governo, nenhuma lei era mais comum do que aquelas que favoreciam indivíduos e grupos quando um número suficiente de 'amigos' estava no governo."

6 "A característica essencial da rede patronal era uma forma de comportamento que combinava igualdade e desigualdade, produzindo uma solidariedade fraternal enquanto integrava, verticalmente, uma desigualdade real. E essa integração vertical de mercadores tornou plausível a concepção horizontal, fraterna de governo."

7 Mais do que um autor de obras literárias, Giovanni Boccaccio deve ser considerado um tratadista político. Sobre a sua obra como um tratado político, cf. Almeida (2013).

8 Sobre o papel e a importância da fortuna entre os humanistas, cf. Skinner (2000) e Pocock (Versão datilografada.).

9 Em algumas biografias, percebe-se que, sem merecer, o biografado foi atingido pela fortuna. Assim, encontra-se, nessa obra, a ideia de que a fortuna é uma força incontrolável, que se sobrepõe aos seres humanos.

10 Vittorio Zaccaria afirma "[...] si chiarisce l'esigenza di intenderne il messaggio profondo e di ricostruire la parabola della storia umana come intrico di casi e di vicende nelle quali bensì ancora intervengono la Fortuna e l'ingegno umano, ma sovrana domina la Provvidenza, o meglio la legge di una divina Giustizia che ristabilisce l'equilibrio della storia, travolgendo in rovinose cadute gli stessi grani uomini che la Fortuna, o i meriti politici e militari, avevano innalzato a vertici di successo e di gloria." (Zaccaria, 1983, XIX).

"[...] explica-se a exigência de entender a mensagem profunda e de reconstruir a parabola da história humana como uma intrincação de casos e de vivências nas quais ainda certamente intervêm a Fortuna e o engenho humano, mas, soberana, domina a Providência, ou melhor, a lei de uma Justiça divina que reestabelece o equilibrio da história, arrastando em quedas desastrosas os mesmos grandes homens que a Fortuna, ou os méritos políticos e militares, tinham elevado a alto níveis de sucesso e de glória."

11 Criticando a condição dos mortais e a fugacidade, a incerteza dos bens mundanos, Boccaccio revela que o homem cai não por culpa da fortuna, mas por sua própria falta de virtudes "Che cosa importa farmi sollevare fino a poter essere conosciuto e veduto e stimato per grandissimo, mentre dove non riesco a fermare il passo, là si veda da tutti che sono nell'incerto o cado a precipizio? Se tu fossi saggio, non vedendo nulla di stabile, nulla di fisso, nulla di fermo all'infuori dell'umiltà, con quanta forza a quella tenderesti, e ti collocheresti nel suo seno! Dal quale mentre insano ti allontani, fai in modo che ti affliggi non per colpa della Fortuna, come abbattuto vai lamentando, ma, dolendotene, per colpa della tua ignavia." (BOCCACCIO, 1983, p. 167).

"O que importa ser elevado até poder ser conhecido e visto e estimado como grandíssimo, se não consigo firmar o passo, se todos podem ver que estou em risco ou caio em um precipício? Se fosses sábio, não vendo nada de estável, nada de fixo, nada de firme, exceto a humildade, com quanta força àquela aspirarias e colocar-la-ias no teu peito! Da qual enquanto insano te afastas, fazes de modo que te aflija, não por culpa da Fortuna, como abatido vais lamentando, mas, arrependendo-te, por culpa da tua ignávia."

12 "O nosso tratado tem um objetivo muito claro: exortar, através da técnica dos exempla, a cura dos males da sociedade, provocados pelo mau exercício do poder."

13 "[...] no proêmio, o autor insiste também sobre a função educativa de uma leitura como essa oferecida pela coletânea: várias vezes, no tratado, são realizadas invectivas contra os vícios e a tirania, enquanto se exalta a virtude heróica e a liberdade."

14 "Se Adão, forjado pela mão de Deus, dono de tudo, homem imortal, em familiaridade com Deus, e habitante do paraíso, por uma única desobediência foi punido com uma pena tão pesada, o que acreditas que se deva fazer de ti, homem nascido de mulher, que desprezando os sagrados mandamentos, cada dia contra o teu Redentor comportas-te de forma nefanda, entre superstições, cupidezes, rapinas, fraudes e mil espécies de pecados, se com as obras não podes, pelo menos, com as intenções? [...]. O que é mais são e mais fácil do que se manter afastado das riquezas dos outros, dos amores desonestos, do sangue humano, da mentira e etc? [...]. Abramos, então, contra o vício os olhos sonolentos e, com boa vontade, abaixemos a cabeça, e colocada no chão a soberba, soframos o sacro jugo da obediência [...]."

15 "Quem governa deve recordar-se que os povos não são escravos, mas colaboradores. De fato, como pelo suor dos povos se consegue a luz da honra real, assim pelo cuidado, pela diligência do rei deve ser buscada a paz e a saúde do povo. Deus julgue como os príncipes de hoje fazem-no. As tendências dos reis vão em direção à tirania e, desprezando a impotência dos súditos, querem brilhar com ouro e pedras, ser circundados por uma longa fila de servos, erigir altos palácios, deleitar-se com várias concubinas e com a companhia de histriões obscenos, encher as orelhas de obscenidades, prolongar os banquetes até a madrugada, dar-se a bebedeiras e

a luxúrias vergonhosas, consumar os dias dormindo profundamente, e os povos velarem pela sua salvação, empreender guerras de formas injustas, reputando ser ótima coisa desprezar os conselhos dos sábios, crer apenas em si mesmo; 'pisar nos bons e elevar os perversos', sobrecarregar as cidades de impostos, submeter os cidadãos à tortura, expulsá-los para o exílio, assassiná-los, esmagá-los sob o calcanhar como barro."

16 "Aprendam, então, aqueles que querem comandar os outros, se desejam que o reino seja duradouro e estável a fidelidade dos povos, a domar os desejos, a frear a libido e, coisa das mais santas, a fazer-se amar mais do que ser temido, de modo a parecer ser não menos pai do que patrão da plebe que lhes está submetida."

17 "[...] declara o seu ideal civil em polêmica com aqueles que usam a riqueza mais como pompa e grandeza do que como instrumento de bem público."

18 "Para esses, quando estão para empreender alguma expedição, o primeiro modo de buscar um ganho futuro – e coisa santíssima – é roubar, pilhar coisas sagradas e profanas, apossar-se, ainda que a custo da ruína pública, uma vez que se veem imunes de pena. O que estão para responder poderá se bem compreendido por aqueles que conhecem os conselhos da avareza.

Queria que aqueles que, primeiro querem a glória e, por último, o trabalho, tivessem escutado Atílio enquanto, no senado, exprimia um parecer em vantagem do bem público e contra a própria liberdade e a própria vida; e assim, se a avareza o permitisse, dessem-se conta de que raça de cidadãos são."

19 "Oh estúpidos, o que somos? O que servirão as riquezas extraordinárias, os parentes ou o poder quando o Estado estiver em perigo? Quem freará os ímpetos dos celerados? Quem poderá apagar as ofensas? Quem fará justiça, se cessar a ajuda pública? Não veem os cidadãos desse tipo – ao invés, não querem ver – que, sobretudo, pela pátria e, depois, por nós, viemos à vida."

20 "[...] homem avesso ao comando e desejoso de senhoria, e perto do qual estivesse em poder toda a administração das armas e da guerra comum. De onde com grandíssima diligência dispuseram-se a prosseguir com a empresa."

21 "Aquela cidade, então, que não apenas dos progenitores, vindo ao mundo, tivemos livre, mas que nunca se recorda, no passado, exceto aos imperadores romanos, de ter sido submetida a alguém, com tais artes de cidadãos nefandíssimos foi submetida à tirania de um homem estrangeiro e iníquo."

22 "[...] circundado de grande fausto, expulsos todos os magistrados, governava e dispunha de cada coisa segundo os seus desejos. Em seguida, para confundir os cidadãos, colocou homens crudelíssimos para exercer a justiça. Após isso, começou a frequentar os aduladores, a alentar os rufiões, a aconselhar-se com todos os homens mais iníquos e maus, a taxar com pesados tributos e confiscos os cidadãos, a confiscar os bens, a usurpar tudo para si, a não ter compaixão de ninguém, a não fazer mercês a ninguém. Em seguida, com carícias e ameaças violentas trazia para seus braços as donzelas e outras mulheres, corrompia os jovens, permitia aos seus todas as iniquidades; em suma, com seus comportamentos desonestos maculava as coisas humanas e divinas."

Referências

ALMEIDA, Ana Carolina Lima. *Falar ao feminino, falar ao masculino*: as mulheres e as virtudes na Florença de Boccaccio. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

BOCCACCIO, Giovanni. De casibus virorum illustrium. In: BRANCA, Vittore. (Org.) *Tutte le opere di Giovanni Boccaccio*. Milano: Arnoldo Mondadori Editore (edição bilíngue italiano e latim), 1983. 12 v. v. 9.

MUSCETTA, Carlo. *Giovanni Boccaccio*. Bari: Editori Laterza, 1972.

NAJEMY, John M. *A history of Florence 1200-1575*. Malden: Blackwell Publishing, 2008.

POCOCK, John Greville Agard. *O momento maquiaveliano*: o pensamento político florentino e a tradição republicana atlântica. Versão datilografada. Tradução de Modesto Florenzano.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TREXLER, Richard C. *Public life in Renaissance Florence*. Ithaca-London: Cornell University Press, 1991.

ZACCARIA, Vittorio. Introduzione. In: BOCCACCIO, Giovanni. De casibus virorum illustrium. In: BRANCA, Vittore. (Org.) *Tutte le opere di Giovanni Boccaccio*. Milano: Arnoldo Mondadori Editore (edição bilíngue italiano e latim), 1983. 12 v. v. 9. p. XV-LII.